



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 37

Sessão Extraordinária Março

Sessão em 20/03/2024

Aos vinte dias do mês de Março do ano dois mil e vinte quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, em substituição do Presidente da Assembleia, com Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, na qualidade de Primeira Secretária, e a Vogal Joana Filipa Ramos Lopes, na qualidade de Segunda Secretária, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Bruno José das Neves Ferreira, Miguel António Costa da Silva, João Francisco Santos Silva, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Joana de Oliveira Teixeira, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Sara Sandra Resende Tavares, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, João Miguel Pereira de Almeida, Sónia Alexandra Oliveira Gamelas, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e António Armando de Matos Nabais.

Faltou o Presidente da Assembleia, Luís Manuel Souto de Miranda e os deputados, Sílvia Fernandes Ribau, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, e Lúcia Maria Ribeiro Borges.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio, e Rui Jorge Soares Carneiro.

Faltou o Vereador Luis Miguel Capão Filipe.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Pedro Machado Pires da Rosa, Marta Elisa dos Santos Dutra, Rita Alexandra Monteiro Batista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Joana de Oliveira Teixeira, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, João Miguel Pereira de Almeida, Sónia Alexandra Oliveira Gamelas, e António Armando de Matos Nabais.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, António José Jesus Monteiro, Júlia Margarida Ribeiro

Correia, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, Isabel Alexandra da Conceição Marques, Jerónimo dos Santos Dias, Ana Cristina Valente Couras, Olegário Augusto da Costa Rocha, António Manuel Santos Salavessa, Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, e Nuno Filipe Moreira Teixeira, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Fernando Tavares Marques e Arlindo José Vieira Tavares, se fizeram substituir nesta reunião da sessão, respetivamente, por Bruno José das Neves Ferreira e João Francisco Santos Silva.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida a Presidente da Mesa, leu a “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Extraordinária, cujo ponto se transcreve:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 – Apreciação e votação da Celebração de Contrato de Permuta entre o Município de Aveiro e a Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A.;

Ponto 2 – Apreciação e votação do Direito de Superfície, a favor do Município de Aveiro, de 3 prédios sitos em Taboeira, a constituir mediante celebração de escritura com a PDA - Parque Desportivo de Aveiro, S.A.;

Ponto 3 – Apreciação e votação do Regulamento dos Museus de Aveiro;

Ponto 4 – Apreciação e votação da 2.ª Revisão Orçamental – Inscrição de ação de PPI respeitante ao Acordo de Mutação Dominial dos “Terrenos da Antiga Lota de Aveiro”;

Ponto 5 – Apreciação e votação do Acordo de Mutação Dominial dos “Terrenos da Antiga Lota de Aveiro”, do domínio público geral do Estado para o domínio público do Município de Aveiro.

Ponto 1 – Apreciação e votação da Celebração de Contrato de Permuta entre o Município de Aveiro e a Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 14/03/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁰⁴ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰⁰⁷

“Muito boa noite a todos. Senhores Presidentes, senhores deputados e demais ouvintes e espetadores que nos estão a ouvir em casa.

Neste ponto o que temos a dizer é o seguinte. Isto trata-se de um pavilhão desportivo, e é sempre um equipamento muito importante para a prática do desporto e para a promoção de atos de vida saudável, da sua envolvência com a comunidade e por isso valorizar este espaço.

Reconhecemos a importância que o pavilhão tem para a comunidade e assim sendo, parece-nos justo ser o Centro Desportivo do São Bernardo a usufruir deste equipamento, não inviabilizando, sempre que a Câmara equacione algum evento e se possa servir do mesmo.

Desta forma e porque vamos no sentido da abstenção na votação, faz todo sentido que deva ser feito um protocolo entre a Câmara e o Centro Desportivo do São Bernardo, salvaguardando a utilização por parte da Câmara sempre que para tal seja equacionado. Disse.”

Vogal Joao Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

“Muito obrigado Senhora Presidente, e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e quem está a assistir à sessão pelos canais da Câmara Municipal. O Senhor Presidente falou da intervenção, e bem, da intervenção que a Câmara Municipal tem tido na recuperação desta infraestrutura importante para a comunidade, para promoção do desporto. Nós acompanhamos essa requalificação e tenho a certeza que se a votação fosse sobre esse ponto, provavelmente teria a aprovação unânime dessa decisão.

Aquilo que não referiu com tanto afinco durante a sua intervenção foi a permuta. E é isso que nós estamos aqui debater. Não é a requalificação da infraestrutura! É a permuta.

E se por um lado o Bloco de Esquerda considera que é importante que um equipamento desta importância e com este papel na sociedade e na comunidade aqui em Aveiro deva estar a ser gerido e a ser propriedade pública, gerido pela Câmara Municipal. Por outro lado, aquilo que estamos a dar em troca pela propriedade deste pavilhão, já nos parece menos unânime e menos aceitável.

Nós estamos a falar aqui de um terreno que vai ser entregue por permuta ao Montepio num dos sítios do município no coração da especulação imobiliária. Aquela zona ali é provavelmente (posso estar enganado), mas é provavelmente dos sítios onde o metro quadrado é mais caro no nosso concelho e, portanto, isto é um grande bónus para esta instituição bancária.

Nós até podíamos considerar outra orientação de voto se a Câmara Municipal fizesse alguma intenção, seja com que expediente fosse, de tentar encontrar neste caso, com esta instituição da banca, uma solução para aqueles terrenos que fosse ao encontro daquilo que tem sido um dos problemas principais do nosso concelho. Em Portugal também, não é um mal apenas de Aveiro a bem da verdade. Mas a Câmara deveria, na nossa opinião, ter uma palavra a dizer sobre o assunto e estamos a falar de património público que vai ser entregue a uma instituição bancária, que muito provavelmente vai ali construir um belo prédio com preços bastante acessíveis, tenho a certeza à maior parte da população, mas provavelmente não. Provavelmente vai ser para construir edificado premium e a Câmara Municipal nem sequer faz qualquer referência a tentar encontrar uma solução com o Montepio, de porventura construir-se ali habitação a custos controlados. Tenho a certeza que deve haver muito expedientes para fazer essa negociação com esta entidade. Mas não, não há aqui referência nenhuma a isso.

E, portanto, mais uma vez, se este ponto fosse sobre e apenas sobre a requalificação da infraestrutura desportiva a votação seria unânime. O problema é que não é. É cuma

permuta de um património valioso da Câmara Municipal que poderia ser usado com fins sociais e com outra sensibilidade para tentarmos resolver um problema grave, que é o custo da habitação e esta permuta não vai resolver esse problema. Vai, aliás, agravar esse problema. Disse.”

(Entretanto deu entrada na sala a Vogal Sara Sandra Resende Tavares)

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

“Muito obrigado Senhora Presidente, muito boa noite a todos. Uma saudação especial à Mesa hoje composta só com Senhoras. Já que o nosso presidente costuma saudar quem vem pela primeira vez, neste caso eu saúdo-a como Presidente da Mesa.

Relativamente ao ponto em questão, naturalmente que estamos de acordo, naturalmente que, ao contrário do orador que me antecedeu que não percebeu, isto é uma permuta. Portanto, a Câmara cede um terreno e recebe em troca um pavilhão desportivo que era pertença do Banco Montepio. Portanto o património da Câmara passa a ter um pavilhão que não tinha, que era de uma entidade privada. É isto que é uma permuta. Portanto, face a isto, não percebo como é que há quem não possa concordar. Mas também não apresenta soluções alternativas. Se houvesse alguma solução alternativa apresentada, ainda poderíamos considerar essa solução. Mas como não há soluções alternativas, naturalmente, nós estamos a favor.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Muito obrigada senhora Presidente, muito boa noite a todos, na sua pessoa cumprimento todos e quem nos escuta em casa. E diria que este assunto tem aqui duas facetas. A primeira, obviamente, a resolução de um problema que o Senhor Presidente explicou e bem e teve origem a origem que teve e, portanto, é um epílogo que é sempre de saída, sobretudo para quem tem alguma sensibilidade para o associativismo desportivo.

Portanto bem resolver a questão aqui de uma entidade que tem um longo historial aqui no nosso município e, portanto, chegou o momento de resolver esta questão.

Relativamente à questão da permuta. Pois é uma permuta entre um terreno e um pavilhão. Presumo que a valorização do pavilhão já contempla a obra feita pelo Montepio e, portanto, tem o valor que tem. O terreno também tem o valor que é apresentado. Coincidentemente ou não, é muito próximo, há uma diferença de mil euros e, portanto, há coisas da vida que, de facto, são fantásticas. Ainda por cima o banco tem a deferência de prescindir da diferença de 1.130 euros que tinha a seu favor. A única nota que deixo, que me pareceu da leitura assim muito rápida dos documentos é que, e posso estar equivocado, mas presumo que não, é que a avaliação que vem detalhada do Pavilhão é muito mais composta do que à avaliação documental que vem feita sobre ou que foi apresentada sobre o terreno.

Pessoalmente, o valor metro quadrado que está indicado para a construção naquele local, ao uso daquilo que são as tendências atuais, parece-me manifestamente baixo.

Mas penso que isso seria uma discussão para termos num outro fórum e acho que atendendo à questão da resolução do assunto, poderia haver outras alternativas. A Câmara poderia ter outros bens para da como permuta que não exatamente este, etc, etc. Mas eu acho que o saldo acaba dentro deste contexto, por ser relativamente positivo. E, portanto, a intenção do Partido Socialista é de votar de abstenção para cima.”

Vogal Henrique Vieira (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Muito boa noite Senhora Presidente, na sua pessoa cumprimento todos aqui presentes e os outros que nos acompanham através das redes sociais. Antes de mais, isto é uma obra que, de facto, vem mesmo no melhor ano para o São Bernardo, que está em 1.º lugar na segunda divisão, com todas as tendências de subir.

Isto é um problema que foi criado no executivo do Dr. Élio Maia. Que a Câmara como pessoa de bem não devia ter deixado criar, porque deixou de pagar as prestações ao Montepio e, por isso, o Montepio fez a execução da penhora, como tinha que fazer.

Isso foi em 2012, quando foi feita a escritura de penhora do Pavilhão e, por isso, o Clube ficou privado de uma coisa que foi criada com muito trabalho de quem esteve ali naquelas direções e que viu o Pavilhão passar a ter outro proprietário. No entanto e graças à nossa Câmara, a este executivo atual, vereador, senhor Presidente, conseguiu que isto se resolvesse. Porque o Clube estava a jogar lá por favor do Montepio, portanto, que deixou jogar lá durante 12 anos, sendo o pavilhão já dessa entidade bancária.

E, por isso, uma nota de agradecimento à Câmara pelo trabalho e pelo esforço que tem vindo a fazer, em resolução deste problema. E o município passa a ter um pavilhão municipal, embora depois na esperança de que o protocolo seja feito e certamente para o nosso Clube de andebol, que é uma referência nacional de formação no andebol português, que está este ano a comemorar 50 anos de existência, em Setembro deste ano.

É por isso que eu digo que nessa data seria um reбуçado ou uma cereja em cima do bolo, se de facto esse protocolo já estivesse assinado e que a nova época pudesse começar já com o nosso clube, o São Bernardo, a jogar naquele pavilhão. É isso que nós queremos, pelo que ouço da Direção, porque, de facto, este ano tem sido um ano atípico, por mais dificuldades que eles tenham tido, com a ajuda da Câmara, das pessoas, dos sócios tudo isso, por isso é de todo grado que nós ficamos satisfeitos com esta decisão.

Esperamos que as coisas se resolvam e que a próxima época recomece com o Pavilhão a ser servido por São Bernardo e realmente na primeira divisão nacional. É isso que agradecemos à Câmara, mais este esforço, enfim, é menos um problema que a freguesia tem. E julgo que também o município, porque, enfim, fica com património e também resolve um problema de um Clube que tem 50 anos em Setembro. Muito obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, e cumprimentar todos os presentes e quem nos assiste via Net. Antes de entrar no ponto em análise, tinha uma pequena nota prévia enquanto líder da bancada do PSD porque as coisas são no seu tempo ou perdem o tempo. Em nome da bancada do PSD e do PSD/Aveiro, queria saudar os portugueses pela maneira cívica e ordeira como decorreu a eleição para a Assembleia da República.

E queria também, novamente em nome da bancada e do PSD, dar os parabéns à companheira e Amiga Ângela Almeida, pela sua eleição para deputada, desejando-lhe desde já um frutífero trabalho em prol do país e dos portugueses e que não se esqueça que Aveiro sempre em primeiro.

Mas voltando ao ponto em discussão, protocolo entre a Câmara Municipal e o Montepio, sobre o pavilhão do São Bernardo, os quesitos das avaliações feitas pelas partes, dão-nos total confiança nos mesmos por terem sido feitos pela Câmara Municipal de Aveiro e pelas suas equipas.

Quanto ao ato da Câmara Municipal pensar, desenvolver e executar este protocolo, direi que, e fui Presidente da Assembleia Geral do São Bernardo durante cerca de 10 anos, só tenho a dizer duas coisas. Ao Montepio agradecer, porque durante cerca de 10 anos ter

possibilitado ao Clube a utilização daquele espaço. Pois o pavilhão do dito São Bernardo era um ativo do banco. O São Bernardo exercia lá a sua atividade desportiva porque o banco autorizava e deixava lá chave.

À Câmara Municipal tenho também a agradecer ter diligenciado este processo todo, ter chegado a acordo numa permuta, permuta entre bens da Câmara e entre bens do banco. Não podemos esquecer que desde a base de qualquer negociação que o pavilhão não era público, não era do clube. O pavilhão e o terreno eram no Montepio. E, portanto, foi uma permuta, uma compra que foi feita, e queria também dizer que o centro desportivo São Bernardo, às pessoas de São Bernardo, o andebol, os desportistas e os aveirenses estão gratos à Câmara Municipal de Aveiro por este protocolo. Este ato que irá dotar Aveiro de mais uma infraestrutura requalificada e municipal de apoio à prática desportiva.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹³

“Muito obrigado por a todos. António Nabais, às vezes parece que nós não ouvimos bem o que eu disse! Deixar claro de que nós fazemos aquilo que querermos com o pavilhão quando for da Câmara. Está tomada a decisão, está anunciada, não é nenhuma esperança, o presidente Henrique sabe disso, é já uma certeza. A Câmara vai assinar um protocolo idêntico, muito idêntico, aos que já assinámos com o Galitos na piscina municipal Diogo Carvalho e com o Alavário para gerir o pavilhão municipal Mariana Lopes. Muito idênticos. Talvez umas linhas adaptadas àquela realidade e acabou. Mas fazemos isto porque queremos, não há imposição nenhuma. Nem da tradição nem de coisa nenhuma. É uma opção política e acabou-se a conversa. Portanto escusam Vexa de sugerir seja o que for. Eu já disse isto n vezes. Só poderia haver uma coisa a impedir-nos de fazer isto, era o Clube entrar em rota de asneira à moda antiga. Mas isso todos os dirigentes associativos nossos sabem, que se algum Clube que entre em rota de asneira à moda antiga a Câmara corta imediatamente relações institucionais, financeiras e protocolares.

Se ler o protocolo do Galitos e do Alavário que acabei de referenciar, que vai ser igual a este, há lá uma cláusula que diz isto linearmente. Se houver desvarios, falta de cumprimento de obrigações, etc, etc, a cláusula de reversão é praticamente automática.

Portanto, neste quadro, obviamente, nós vamos aprovar, tem que ir a Câmara obviamente, assinado com o Clube, enfim, assim como a Câmara de Aveiro já foi muito mal governada, o São Bernardo também já foi muito mal governado e sei lá o que é que vem pela frente. Mas dar nota de que é um compromisso que nós entendemos, porque entendemos que na gestão social comunitária, neste caso de uma área tão importante como é o desporto, esta é a nossa melhor opção. Mas, obviamente, enquanto clube, tiver uma gestão de qualidade, de empenho, de transparência, de rigor, como tem tido nos últimos anos.

O João Moniz, eu ouço-o sempre com muita atenção, embora depois chego ao fim e digo, a ideia do João serve para quê? Para nada. É um deleite intelectual fantasioso que não nos serve para nada João. Conclusão, conclusão da sua interação? Não sei! Está a ver. A gente devia lá fazer habitação a custos controlados, não sei do quê, acharia melhor não fazer esta permuta? Pronto era outra solução. Mas eu vou ficar-me por aqui porque já percebi que não estudaram a documentação.

O Francisco Picado estudou, o João nada. Passou-lhe como de avião o assunto. Se estudarem com profundidade as avaliações, se estudarem com profundidade os valores todos que já encaixámos, nomeadamente 10 anos sem pagar um tostão ao Montepio, e aqui o Montepio não teve consideração nenhuma pelo São Bernardo. O Montepio nem sabe o que é isso do clube desportivo São Bernardo. A única coisa que sabe é que é uma instituição incumpridora. O Montepio fez todo este trabalho com a Câmara Municipal de Aveiro, não há nada com o São Bernardo.

A única coisa do São Bernardo foi uma carta do Montepio a mandar sair do pavilhão. Foi a única coisa que houve. E eu que nestes 10 anos lidem com 4 presidentes do Montepio, porque como é público, teve uma grande rotação, consegui sempre de todos eles manterem um compromisso com a Câmara de Aveiro. O Montepio nunca teve compromisso nenhum com o clube desportivo São Bernardo. Portanto deixar isto muito claro.

Quando nós fazemos as contas todas, quanto custaria um pavilhão daqueles novo? Ele não está novo, mas ficou profundamente renovado. Não nos bastariam 4 vezes o valor que está nesta avaliação, arredondando a conta 1.3 milhões de euros, não nos bastariam 4 vezes esse valor para construir um pavilhão daqueles. E então se o terreno não fosse nosso e fosse terreno urbano que tivéssemos que comprar, então ainda tínhamos que pôr umas centenas de milhares de euros mais.

Portanto é na operação na dimensão estritamente financeira, um excelente negócio para ambas as partes, porque obviamente, assim como nós não fazemos maus negócios, o Montepio também não faz. E só há negócio quando os negócios são bons para ambas as partes. Todos vocês já têm idade suficiente para saber que um negócio que se faz a dois, só é bom para uma, alguma coisa se esta a passar de anormal. E na nossa Câmara não há coisas anormais a passarem-se.

Portanto os negócios são claros e sérios. E para se executarem, têm que ser claros, sérios e bons para ambas as partes. Não há outra forma de gerir bem que não seja esta. E aqui está um excelente negócio para a Câmara Municipal de Aveiro. Aqui está um excelente negócio para o Montepio, com uma vantagem nossa, tirando aquele investimento que disse que vamos fazer, enfim, não é nada do outro mundo mudar a cobertura, a quem o Montepio entregar a função, eles têm uma empresa imobiliária, enfim, podem fazer diretamente ou fazer a venda do terreno, alguém antes de tirar o proveito vai ter que fazer um investimento para tirar rendimento de montante relevante, daquele terreno.

Mas isso, obviamente é o futuro. Nós estamos felizes e pelo que ouvi vocês também, deste caminho que percorremos, apenas discordando do presidente Henrique, não me parece que isto seja um rebuçado ou uma cereja, isto é um fantástico ovo mole em cima deste processo, como é evidente. E se ainda por cima acabarmos isto bem, executarmos bem a escritura, conseguirmos tapar os buracos do telhado e nosso São Bernardo subir para a primeira divisão, pois então é uma dúzia de ovos moles em cima do bolo. E, portanto, ficaremos todos muito satisfeitos e vamos lá fazer um brinde. Em qualquer condição, seja qual for o futuro desportivo do São Bernardo, queremos é que o futuro institucional seja sempre bom e continue o seu notável trabalho de formação e de competição e de bandeira do município. Este passo com o Montepio, esta proposta que trazemos à Assembleia Municipal é fundamental para que esse outro passe e esse outro contributo, possa vir a acontecer com o compromisso claro e cristalino, que é isso que queremos e é isso que objetivamente vai acontecer. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação⁰¹⁴ Ponto 1 – Apreciação e votação da Celebração de Contrato de Permuta entre o Município de Aveiro e a Caixa Económica Montepio Geral, Caixa Económica Bancária, S.A., sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor (PSD18+CDS5+CH1+PS4), três abstenções (PAN2+PCP1) e dois votos contra (BE2).

Declarações de voto:

Vogal João Moniz (BE):⁰¹⁵

“Senhora Presidente, a minha intervenção é a declaração de voto.”

Ponto 2 – Apreciação e votação do Direito de Superfície, a favor do Município de Aveiro, de 3 prédios sítos em Taboeira, a constituir mediante celebração de escritura com a PDA - Parque Desportivo de Aveiro, S.A.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 14/03/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰¹⁶ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁷

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁹

“Neste ponto dois desta sessão, cinge-se na verdade à apreciação e votação do Direito de Superfície a favor do Município de Aveiro, como referenciado na convocatória.

Ainda assim e porque o objetivo é a construção de um Pavilhão Municipal, ocorre-nos lembrar e alertar o seguinte. Atualmente, centenas de jovens atletas, pais e treinadores do Beira-Mar e também da Associação de Futebol de Aveiro, deslocam-se para aquela zona do território de Aveiro diariamente, sem qualquer transporte público. De facto, nos casos de quem não tem transporte próprio, de outras zonas do município nem se chega ali se não se tiver boleia.

A construção de um pavilhão irá aumentar a frequência das deslocações diárias para ali, mas também os problemas de quem não tem veículo próprio.

Quando foi inaugurada a academia do beira-mar, nesta assembleia, o PCP já na altura questionou quando haveria uma rede de transporte público que ali chegasse e na altura a sua resposta foi evasiva e adiando para a altura do eventual pavilhão.

Hoje voltamos ao tema e reiteramos a necessidade de transporte para ali, servindo os equipamentos desportivos e as populações vizinhas.

Isto pode ser feito por transporte rodoviário ou até articulando este com a linha da automotora que passa a cerca de um quilómetro e meio dos equipamentos.

Mas regressando à questão, a nossa intervenção vai no sentido de votarmos contra este processo, não exatamente pelo arrendamento, mas bem perto disso, de terrenos da sociedade de direito privado chamada de Parque Desportivo de Aveiro (PDA), da qual o próprio município é sócio minoritário e o grupo Visabeira sócio maioritário.

É a isto a que chegamos. Depois da Visabeira ter negado vender estes terrenos à autarquia por 70 mil euros, conforme foi recentemente noticiado, em vez da compra de terrenos por aquele valor, temos um contrato de aluguer com direito a obras, no valor global de 432 mil euros.

Vejam então a que nos conduziu este processo errado de alienação do interesse público ao longo dos anos, desde a criação da Empresa Municipal do Parque Desportivo (PDA-EM) autorizada pela Assembleia Municipal a 7 de Julho de 2000.

Ainda com a maioria do PS, em Maio de 2005, escancarou-se a porta ao grupo Visabeira, que injetou capital ficando com 49% que era o limite máximo que era então permitido para a participação privada em empresas municipais.

No entanto, de forma estranha e lamentável, o sócio maioritário ficou com capacidade de bloqueio total das decisões societárias, dado que os estatutos determinavam que elas

tenham que ser tomadas por unanimidade. Justificava então Alberto Souto "a Câmara Municipal de Aveiro não fica prejudicada, ficaremos prejudicados é se este projeto não andar para a frente". Já agora, em jeito de à parte, dá para ver quanto o projeto nada andou nestes quase 20 anos.

Já com Élio Maia, é bom nunca esquecer, já com a maioria PSD/CDS que permanece até hoje no município, através da mudança dos Estatutos de Empresa Municipal para empresa de direito privado, e com a perda de voz municipal nesta sociedade, Parque Desportivo de Aveiro, por via da injeção de capital pela Visabeira, a Câmara atual prestou-se a esta humilhação de querer comprar estes terrenos, ou melhor a Visabeira não querer vender, mas sim alugar.

No PCP estamos de consciência tranquila. Em 2000 abstivemo-nos na criação da PDA porque tínhamos dúvidas em relação à evolução futura. Em 2005 votamos contra a entrada da Visabeira e contra os termos inaceitáveis dos Estatutos. Continuamos a rejeitar as operações que vierem aumentar a prevalência do interesse particular sobre o interesse municipal.

O que nos é apresentado hoje, e que o PCP rejeita, é apenas mais uma evidência deste desrespeito pelos interesses dos munícipes no confronto com outros interesses. Disse."

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[020](#)

"Boa noite Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Vereadores e deputados municipais. A questão aqui é isto vir com esta prestação mensal de 1800 euros que a Câmara se compromete a pagar. Mas então o Parque Desportivo de Aveiro não vai fazer usufruto das instalações? Não.

Eu penso que ali o Sr. deputado do PCP também já abordou a questão. Por que é que a Câmara não opta por comprar os terrenos? Quer dizer a PDA cede o terreno em concessão, a Câmara constrói um património lá, e depois a Câmara paga um direito de superfície durante 20 anos! Isto será por lei, será um mínimo que a lei determina. Ou seja, durante 20 anos paga 21 mil etal euros por ano nuns terrenos que custam 70 mil? A questão é porque é que a Câmara não optou por comprar. É só isso."

Vogal Joao Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[021](#)

Muito obrigado Senhora Presidente. O senhor deputado António Nabais já fez aqui uma resenha histórica do processo do Parque Desportivo. Eu também gostaria de relembrar alguns detalhes. Nomeadamente aquele caso em que houve aquele aumento de capitais em 2008, se não me engano, da empresa que na altura já era, acho que já era, já tinha deixado de ser empresa municipal. Houve um aumento de capitais feito pelo Senhor Presidente Élio Maia e, na altura, a Visabeira entrou com um dinheiro. A Câmara Municipal entrou com terrenos, que por acaso foram avaliados por menos do que o investimento que estava a ser feito pela Visabeira, e houve aqui uma mudança de estatuto. Porque antes desse aumento de capitais a Câmara Municipal era o sócio maioritário na empresa.

Depois desse aumento de capitais, a Câmara passou a ser o sócio minoritário na empresa. E tendo em conta este, para já, deixar aqui uma nota de que muitas vezes fala-se da boa gestão financeira da Câmara, com grande apologia e tudo mais. E estamos aqui perante um exemplo bastante interessante, devido àquilo que que foi a gestão PSD/CDS da coisa pública, do erário público ao longo destes últimos anos. Porque a história não começou com o senhor Presidente Ribau Esteves. A história do PSD/CDS aqui no concelho é mais antiga do que o Senhor Presidente Ribau Esteves. E convém também não esquecer isso.

Voltando ao assunto que temos aqui em discussão, tendo em conta estas aventuras do Parque Desportivo, nós não podemos deixar de fazer a seguinte pergunta, porque nós podemos estar aqui até a entrar numa situação bastante absurda, no campo do absurdo e, portanto, gostaríamos de ver esta questão esclarecida. Porventura, estes terrenos, que agora estamos aqui a discutir neste ponto, porventura, os terrenos não foram dos tais terrenos que a Câmara Municipal cedeu na altura aquando do aumento de capital da empresa em 2008? Portanto, não estará a Câmara agora a ter que pagar para poder ter acesso a terrenos que já foram propriedade pública. Gostaria que esta questão fosse esclarecida.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

“Obviamente que este ponto é urgente para se poder avançar com a construção desta infraestrutura desportiva para o nosso concelho. Os esclarecimentos que o Senhor Presidente nos transmitiu para nós são suficientes. Nós não vamos atrás de notícias de jornal que no caso não têm fundamento e, portanto, vamos votar favoravelmente.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

“Senhor Presidente, permanecem aqui algumas dúvidas até por aquilo que reproduziu relativamente àquilo que é o futuro da daquela zona. Portanto, segundo bem percebi, a Câmara quer lançar um concurso de um pavilhão, precisa de ter reunidas todas as condições para que isso possa acontecer e uma dessas condições é ser proprietária dos terrenos onde o pavilhão vai ser edificado. A Câmara é proprietária da maioria dos terrenos, mas há três parcelas que estão na posse da PDA. Mas da Visabeira ou da PDA? Da PDA. Sendo que a PDA tem 2 sócios acionistas, que é a Visabeira e a Câmara Municipal. Portanto a Câmara está a comprar 3 terrenos à PDA, da qual é sócia. Ou melhor, esta a adquirir direito de propriedade sobre 3 terrenos a uma entidade da qual é sócia, para poder ter direito de construção. Estou a perguntar, confesso que tenho dúvidas sobre aquilo que estou a perguntar. E, portanto, eu percebo a questão. o Jorge Greno já o referiu. Sem este passo não é possível lançar o concurso. que estão os jogos ganhos, já referiu e sem este processo ou sem este passo, não é possível lançar o concurso porque o projeto cai em cima de terrenos que não estão na posse da Câmara, mas esta é uma questão que se me suscita alguma dúvida. A Câmara está a comprar o direito de superfície a uma entidade da qual é sócia?

E depois, partindo do pressuposto que esta questão fica esclarecida e que se percebe que é preciso dar este passo para lançar o concurso para edificar o pavilhão em tempo útil. E não vou aqui dissertar sobre a necessidade de lançar o projeto do pavilhão já. Mas a minha pergunta vem na sequência da sua intervenção sobre o Plano de Pormenor. Porque o Plano de Pormenor que aprovou está feito sobre um conjunto de áreas que estão ali adjacentes e que supostamente então também estão na posse da PDA. Ou algumas estão na posse da Câmara e outras na posse da PDA?

Era esta a questão que colocava. A questão do valor, penso que percebi da documentação que entraria depois no saldar de contas finais. Mas dada a desproporcionalidade de valores dos 15 milhões, dada a desproporcionalidade entre o valor e os 15 milhões, portanto admito que isso esteja incluído depois no bolo final, mas aqui a minha dúvida é se a Câmara está a comprar direito de superfície a uma entidade da qual é sócia minoritária? Não vou recuar na história para falar da PDA, nem desses processos e, portanto, era essa a minha questão, para poder obviamente perceber o que vai acontecer.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁴

“Sobre este ponto Apreciação e votação do Direito de Superfície, a favor do Município de Aveiro, de 3 prédios sitos em Taboeira, para a construção do pavilhão municipal, é isso que está em discussão, não nos vamos alargar muito. Nós queremos que o pavilhão municipal seja feito. É um projeto que incide em três terrenos que não são da Câmara. O projeto não pode ser financiado se estiver em terrenos de outrem. Naturalmente que nós votaremos favoravelmente até para aligeirar em tempo todo este processo para que o pavilhão seja feito para o bem de Aveiro e dos aveirenses.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁵

“Muito obrigado. Ora bem, nós vamos ter reunião ordinária da Assembleia, a malta tem uma ansiedade de falar de tudo e mais alguma coisa. Hoje até foi um dia importante para os transportes. Mas cá estaremos inclusivamente já combinei com o nosso Presidente Luís Souto as datas, e se Deus quiser, havemos de estar cá todos, ninguém vai morrer, para falarmos de tudo e mais alguma coisa no PAOD. Portanto tranquilos nessa ansiedade.

Há uma coisa que lhes garanto, os 3 terrenos que aqui estão em causa não precisam de ser transportados para o local porque já lá estão. Portanto, é uma questão que eventualmente não percebeu bem, mas deixar isto claro. Não é preciso transporte para levar os terrenos para lá, porque eles já lá estão, portanto não precisamos de transportes para os terrenos.

Depois sobre o outro transporte, encantados da vida. Será seguramente uma parte muito interessante para debatermos da nossa reunião ordinária da Assembleia Municipal que vamos viver aqui em Abril.

Há uma questão que quero dizer, porque, enfim, às vezes dá jeito a certa gente, usar a comunicação social. Mas aqui nós temos que usar a Câmara. A Câmara é que fala na Comunicação Social. No dia em que saiu a famosa notícia que o senhor se inspirou, no Diário de Aveiro, eu escrevi às 06:12 da manhã, ao seu Diretor um email, de que vou ler parte, que é para não dar braço ler tudo. A notícia de hoje do Diário de Aveiro, de que a Visabeira recusou vender os terrenos do EMA à CMA é um disparate e uma falsidade. Primeiro, porque o terreno não é da Visabeira, mas sim da PDA. Segundo, porque a Visabeira não recusou coisa alguma à CMA. Terceiro, porque a CMA não fez qualquer proposta para comprar o terreno.

Ao menos que o Diário de Aveiro lei às notas de imprensa e ou os documentos da reunião de câmara e não minta. Portanto, respondi com clareza a uma notícia falsa, absurda, a fazer título de primeira página, que alguém inventou, seguramente por má intenção política. Porque, obviamente, as pessoas que trabalham no Diário de Aveiro sabem todas ler. Ler e escrever. E, portanto, deturpar completamente uma nota de imprensa que a Câmara fez, simples porque não creio que se os senhores juristas vão ler os processos pois têm mais que fazer, é de facto um exercício de maldade que dá muito jeito, por exemplo, ao Partido Comunista Português.

A outra nota, deixar claro, que a Câmara Municipal de Aveiro, desde a minha presidência, nunca perdeu voz nenhuma junto do nosso parceiro Visabeira.

E a nota que tenho da análise histórica, assim aconteceu com os meus antecessores Élio Maia e Alberto Souto.

Portanto, não é essa questão, perdemos em capital e, portanto, a Câmara perdeu ou já não manda nada. Não é verdade, não é verdade. Nunca foi essa a postura da Câmara em

relação à Visabeira e da Visabeira em relação à Câmara. A relação entre os sócios da empresa desde o início é uma relação de elegância.

Eventualmente a Visabeira terá exagerado em dizer sim à Câmara, para hoje nós termos algumas dificuldades em pôr as tais Contas. Primeiro percebê-las bem. Porque nós ainda não as percebemos bem. Para vos poder vir a explicar, trazer cá o relatório em condições, para que de uma vez por todas estas matérias fiquem direitinhas, nomeadamente na relação da Câmara com a Visabeira. E, obviamente, naquilo que é o prestar de Contas que nós gestores da Câmara temos que fazer ao executivo municipal e à Assembleia Municipal e isso fica obviamente como um compromisso claro e cristalino. É muito difícil a matéria. Eventualmente, se fosse fácil já estava resolvida.

Por outro lado, sabeis que depois do concurso que foi feito para ser arranjar um investidor privado para aquela operação do Parque Desportivo de Aveiro, depois de uma empresa que ganhou o concurso com toda a legitimidade e legalidade, depois de um desenho urbano, enfim, que uns acham muito bonito, outros nem por isso. Eu acho bonito. Nunca aconteceu mais nada. Nem sequer aconteceu um título para permitir a essa entidade PDA vender um terreno para construir uma casa. Nunca! O que é que aconteceu apenas, a possibilidade de fazer investimento público. A Câmara que fez infraestruturas rodoviárias com tudo aquilo que tem lá, para sustentar o que lá se passa. E o que lá se passa, fundamentalmente, como sabemos, é o Estádio Municipal de Aveiro.

Portanto é este o quadro. O que é que a PDA já ganhou com aquilo? O que é que a Visabeira já ganhou? Quantas casas construiu, vendeu, quantos golfistas vão lá bater bolas? A resposta a todas estas perguntas é tudo zero. O que é que nós decidimos e decidimos por questões de gestão patrimonial muito grave da nossa parte e da parte da Visabeira, porque ao abrigo das regras bancárias e de gestão patrimonial de uma empresa, de uma sociedade anónima, não se pode ter um ativo em relação ao qual nada se faz. E então, depois das pressões, depois dos atos formais dos revisores oficiais de contas, teve que se pôr os pés ao caminho e os pés ao caminho é aquilo que todos sabemos. É um plano de pormenor e com o plano de pormenor aprovado formalmente, a partir daí poderá a entidade que manda, que emite títulos de construção, que é a Câmara, emitir títulos à PDA, à Visabeira ou às entidades a quem se venham a vender parcelas de terreno com capacidade construtiva. Porque hoje, nenhuma parcela daquela área, tem capacidade construtiva. E, portanto, a história, sumariando e ficando-me por aqui, é esta.

Portanto, neste quadro, é que entendemos de comum acordo, não houve discussão nenhuma, foi só trocarmos as versões deste contrato, para termos o tal título de direito de superfície.

Francisco Picado, tudo, tanto quanto nos ajudam a saber os nossos técnicos sobre estas matérias, gestores de património e juristas, dizem que isto é plausível fazermos isto. O resto eu já expliquei. Gabriel também o porquê de nós fazermos isto. Podíamos comprar, podíamos. Mas entendemos que não faz sentido comprar 3 terrenos de 70 mil, quando há um problema dentro desta empresa, na relação com estas duas entidades, arredondando a conta são 15 milhões.

Não passa nada, não passa nada. Ninguém se propôs comprar nem vender. Quando detetámos isto, é que nós dissemos, olha temos aqui mais uma descoberta. Eventualmente vamos ter mais descoberta até chegarmos ao fim do plano pormenor. É possível que tenhamos. Ó pá, pronto, espera aí, vamos por isto no monte parar tratarmos isto. Não passa mais nada. Podia estar aqui a dizer: olhem, comprámos ou não. Nós queremos comprar por 70, eles querem 700, não há acordo possível. Se fosse isso também não havia acordo para fazer este direito de superfícies como é lógico. Portanto tranquilos da vida.

O que está aqui é apenas aquilo que eu disse para permitir o passo que eu referenciei. Gabriel ninguém quer pagar coisa nenhuma! Porque antes de chegar o terceiro ano

queremos ter este assunto arrumado. E julgamos que é um prazo com muita folga e pronto. E antes de chegar o momento começamos a pagar.

A Câmara vai ser seguramente proprietária, no quadro de um acordo global sobre a gestão patrimonial digamos assim, dentro da empresa PDA.

E, obviamente que também, e seguramente quando um dia viermos cá falar sobre isto, enfim o Bloco de Esquerda altura já não terá cá autarcas nem o PCP, eventualmente, pronto, teremos cá mais companhias do Chega. Sei lá eu o que a vida nos reserva.

Sei lá o que é que nos vem pela frente. Mas há uma coisa que temos a certeza absoluta, é que aquilo que estamos aqui a fazer para termos um Plano de Pormenor formalmente em vigor, é para permitir investimento público, mais, e privado claro que sim, incluindo habitação a custos controlados. Há uma área, como sabeis, nos termos de abertura do procedimento, e, além disso, hoje que já temos um desenho já muito maduro, ainda não é o desenho final, mas já muito maduro, lá está a unidade de habitação a custos controlados, mas que é para um investidor vir fazê-la neste quadro de diversidade na oferta que aquela área que tem uma dimensão, tem uma densidade de habitação muito relevante, mas tudo isso só é possível com o Plano de Pormenor.

E para as Contas do futuro da PDA esses valores são muito importantes, para fazermos contas para os interesses de toda a gente, como é evidente. Toda a gente da empresa, dos seus dois sócios, como é lógico.

Portanto é este o quadro e, neste momento, nós precisamos é que este direito de superfície seja aprovado para criarmos as condições do lançamento do concurso e não correremos riscos de termos um concurso que é grande, que vai ser potencialmente muito disputado, e chegar ao fim e termos um chumbo do Tribunal de Contas.

Uma nota que o Francisco Picado referenciou. Qual é a pressa! Podemos chegar ao fim do ano, início do próximo e termos de parar tudo. Mas tenho dito isto e vou repetir. Aquilo que vai acontecer a Portugal este ano, especialmente estes dois anos de 2024/2025, é um afluxo da capacidade de construir enorme para os investimentos privados e para os investimentos financiados pelo PRR.

Quem ficar à espera do amanhã, nomeadamente investimentos públicos de alguma relevância como é este, arrisca-se a não ter empreiteiros para fazer obras em 2024/2025. E é altamente provável que essa matéria se estenda até 2026, num quadro de execução do PRR que esse está garantido e num quadro de continuado crescimento económico, que não está garantido, mas que perspetivamos que continua a acontecer.

E, portanto, temos que ter esta noção clara. Não guarde para amanhã o que podes fazer hoje é sempre um preceito que os nossos passados nos ensinaram, mas é preciso olhar para hoje, ver o que é que está a acontecer, na quantidade de operações para construir que estão em cima da mesa e na limitação brutal que o setor da construção tem, para darmos a perna, porque as coisas vão-se complicar a cada dia e a cada mês que passa, pelo menos na minha análise prospetiva até meados de 2026 esse risco é enorme e, portanto, não guardes para amanhã o que podes fazer hoje.

Pergunta o João Moniz, enfim, no campo da análise do absurdo que neste caso faz todo o sentido. Não terão estes terrenos terem sido cedidos pela Câmara à PDA? Na análise documental que já temos a resposta é não. Dou isto como concluído e fechado, não dou. No quadro do tal processo de análise patrimonial total então aí teremos conclusões definitivas. Enfim, admito que ali havia imensos terrenos naquela zona e temos processos que a gente ainda não conseguiu vender. Ainda há terrenos debaixo do Estádio que ainda não conseguimos formalizar porque obviamente o titular ainda não nos conseguiu, depois destes anos todos, mostrar o título que reivindica como dono, para nós depois fazer uma escritura. Portanto, ainda há pontualmente questões, mas deixar essa nota. Esse é um trabalho que estamos a fazer, neste quadro, para chegarmos ao fim e termos a certeza

absoluta, deixando sempre que poderá haver um outro processo ou outro que fique pendurado por falta de capacidade meramente documental de ter a tal certeza absoluta. Portanto, o exercício que fizemos de análise é não, não temos nenhum indicador que o diga, mas é bom que esse trabalho todo seja terminado, para podermos dizer isto de forma muito sólida, como é evidente. E julgo que dei resposta a todas as questões. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação⁰²⁶ Ponto 2 – Apreciação e votação do Direito de Superfície, a favor do Município de Aveiro, de 3 prédios sítos em Taboeira, a constituir mediante celebração de escritura com a PDA - Parque Desportivo de Aveiro, S.A., sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor (PSD18+CDS5+CH1+PS4), duas abstenções (PAN2) e três votos contra (BE2+PCP1).

Declarações de voto:

Vogal António Nabais (PCP):

“A minha intervenção é a declaração de voto.”

Vogal João Moniz (BE):

“Senhora Presidente, a minha intervenção é a declaração de voto.”

Ponto 3 – Apreciação e votação do Regulamento dos Museus de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 14/03/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰²⁷ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁸

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³¹

“Em relação ao projeto de regulamento que aqui é trazido pela Câmara Municipal, há que reconhecer que é feito um esforço de melhoria, comparando com o que está em vigor, resultado também da adaptação da legislação atual. No entanto e apesar disso ele continua a sofrer de um defeito capital quando transfere para a Câmara decisões que deveriam pertencer a Assembleia Municipal, dada a natureza e características deste órgão representativo da população do município. Matérias como a orientação tarifária, a política de isenções totais ou parciais, os horários e os dias de acesso livre deviam ser parte integrante deste regulamento e não uma competência delegada na Câmara.

No entender do PCP os Museus de Aveiro são essenciais para a atividade cultural do município, para a projeção externa de uma imagem de qualidade cultural que não se limita aos canais urbanos da ria e aos passeios de moliceiro, bem como para o conhecimento do todo o património material e imaterial, em que somos ricos e, em larga medida, únicos. O facto de Aveiro ser Capital Portuguesa da Cultura em 2024 devia ser

aproveitado para alguma inflexão estratégica na promoção e acesso ao nosso património museológico. Deveria ser encarada, de forma serena e refletida, a possibilidade de os nossos museus não encerrarem à hora de almoço, tal como acontece em tantos e tantos lugares, com o exemplo bem próximo do Museu da Vista Alegre.

Basta estar minimamente atento ao facto de que maioria dos turistas que visitam Aveiro, apesar de algumas melhorias, continuam a fazê-lo num dia, sem pernoita. Com base no Porto ou em Coimbra ou simplesmente de passagem, os visitantes aproveitam o tempo o melhor que sabem ou podem, excluindo muitas vezes os museus, por falta de tempo ou por prioridade a outras opções. O horário contínuo das 9/18 ou 10/18 horas permitiria a subida do número de visitantes, pois muitos dos visitantes tem horários muito diferentes para as suas refeições.

Outra medida que deveria ser desenvolvida é a da regularidade do dia ou dias de acesso livre, que não se limitem ao dia dos Museus. Veja-se o exemplo relativamente próximo do Museu Nacional de Grão Vasco em Viseu que tem 2 dias livres por semana, exatamente ao fim de semana. O dia livre regular, que já existiu em Aveiro, deveria ser repostado. Tal seria ótimo para a promoção dos museus principalmente junto da população da região.

Relembramos que os museus não têm de ser autossustentados. Uma abordagem meramente económica é quase sempre contraproducente.

Dentro do injustificado aumento geral do custo verificado no início deste ano o tal da Capital da Cultura, destaca-se, pela negativa, a introdução da entrada paga na capela de São João Evangelista do Convento das Carmelitas Descalças. No ano passado o Sr. Presidente Ribau Esteves sublinhou aqui na Assembleia que era o espaço museológico mais visitado na cidade. E vai daí introduziu o pagamento de 2 €. Não percebeu por que era o mais visitado e quais seriam as consequências da introdução da tarifa. Podemos afirmar que a queda de visitas está a ser quase vertical. As medidas avulsas de teor economicista tomadas sem perceber o contexto nem antever consequências têm destes resultados - uma das joias de Aveiro e do barroco português é agora visitado por poucos.

Para terminar e sintetizando. Somos, no PCP, por uma maior relevância da Assembleia Municipal na definição dos aspetos importantes da atividade dos museus. Somos por uma prática que alargue e facilite o acesso da população ao património museológico municipal. Somos contra uma abordagem economicista na gestão do património museológico.

Não podemos aprovar este regulamento porque ele deveria ter em conta estes considerandos. Daí a abstenção do PCP.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

“Sobre este ponto da aprovação do regulamento, ele não passa de uma atualização do já existente. Mas referir que a assunção das novas unidades museológicas é o que esta atualização nos traz, como exemplo o Centro Interpretativo do achado histórico do Rossio, o Museu da Bienal, o Museu da Terra, e o Centro Interpretativo do Barreiro.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[033](#)

“Muito obrigado. António Nabais a consideração que nós temos pela assembleia municipal é ao mais alto nível. Obviamente que questões mais, do dia a dia da gestão, de facto, não fazem sentido. Nós podemos necessitar de alterar um horário, um tarifário, por muito importante que seja o horário e o tarifário, mas são atos de gestão. Não faz sentido nós termos de vir à Assembleia Municipal. Tudo o que é da gestão, da nossa iniciativa, podem vir. E vocês também. Podem trazer uma moção ou no período de discussão da

informação municipal, podem. É uma matéria que está sempre aqui ao dispor seja da Câmara seja de qualquer membro da assembleia municipal.

Mas a matéria que está aqui são decisões da gestão. Isto é um calvário. Para que é que serviu isto tudo? Não houve uma ideia de nenhum de vocês! Eu sei que já há muito poucos comunistas no município de Aveiro. Mas nenhum deu um contributozinho, mas o António Nabais lembrou-se esta noite ou a passada de escrever um texto, bem escrito, em português correto, mas podia ter escrito o texto há três meses que nós tínhamos ponderado as suas ideias. Olhe, agora não serve para nada.

Nós vamos aprovar um regulamento Vexa vota contra e pronto, vai contente, chega lá e manda um e-mail ao Comité Central a dizer “eu fiz esta esta intervenção na Assembleia”, que é para ver se para a próxima eles o deixam ser candidato outra vez.

Mas não faz sentido António, não faz mesmo sentido nenhum. E depois ficamos mal politicamente. Porque vocês não conseguem eleger um vereador, mas como vocês vão desaparecer da próxima vez da própria assembleia também não interessa para nada.

A questão aqui é o exercício da gestão das coisas, neste caso dos nossos museus, para criarmos agilidade, sabendo que o exercício político que a Assembleia Municipal faz e vai seguramente continuar a fazer de fiscalização de toda a ação da Câmara, incluindo sobre a avaliação da gestão dos museus está sempre ao dispor. Portanto deixar apenas esta nota.

E depois há questões do realismo. Nós hoje temos um problema muito sério de quantidade de recursos humanos para trabalhar nos museus. Todas as pessoas que contratámos do último concurso, foram 6 assistentes técnicos, saíram todas, antes de acabar o período probatório. Porque tendo dito na entrevista ao júri que estavam disponíveis para trabalhar ao fim de semana, não se conseguiram adaptar. Não conseguiram adaptar a sua vida pessoal a essa questão. É por isso que já pus as equipas internas a pensar sobre isto. Porque nós qualquer dia, temos de fechar os museus, porque as pessoas novas não querem trabalhar ao fim de semana. E agora o que é que a gente faz? Por isso pus as pessoas a pensar e a pensar de forma concentrada e de mente aberta. Por que é que não fechamos os museus ao domingo e os abrimos a segunda-feira? Porque é que há-de ser a segunda-feira a fechar. Será que não é mais interessante para termos pessoas para trabalhar nos museus, dizer-lhes que têm ao menos o domingo livre. Será que os nossos turistas que vem cá passar um fim de semana e sabem que os museus e Aveiro estão fechados ao domingo, não os visitam no sábado? Será que vamos perder muitos turistas, se eles estiverem fechados ao domingo? Ok, perderemos aqueles que vêm só cá ao domingo, certo. Mas se nós informarmos bem esses, olhem, querem muito de ir ao museu X venham cá a um sábado. Pus a equipa a refletir sobre isto, não temos nenhuma decisão tomada. As pessoas não querem trabalhar ao sábado e ao domingo e nós temos que olhar para isto. As pessoas estão erradas, não interessa para nada, se estão certas ou erradas. As pessoas novas que contratámos nenhuma se adaptou da sua vida a esta realidade. O António quer também abrir há hora de almoço. É possível, claro que é. Temos de contratar mais gente. Porque vocês também querem que a gente cumpra os direitos da classe operária.

Vocês também querem que nós compremos o direito ao descanso dos trabalhadores, querem isso tudo. Então para fazer isso tudo é possível. Claro que sim. Temos de contratar mais gente, porque não é possível com as mesmas pessoas trabalhar também no mesmo período de tempo e na hora de almoço, isso não é possível. É preciso contratar mais gente. Portanto, António é numa análise global, mas muito séria, que nós trazemos isto. E devo dizer que os seus números não estão certos. Ainda há dias publicamos os números de 2023, do ano completo sobre os nossos museus e as Carmelitas voltou a ser recordista. Portanto não são os 2 euros que tiraram seja lá quem for de lá. Até temos casamentos e pagam mais caro. Casamentos pagam mais do que os dois euros, contemplam a Igreja

durante mais tempo e, portanto, obviamente a matéria contemplativa tem que ser paga a mais e, portanto, não é problema nenhum a questão do pagamento.

Aliás, estamos também numa discussão de pegar um pouco naquilo que disse. Aumentar o número de dias de museu aberto, livre, uma vez por mês, que é para não faltar oportunidade a nenhum cidadão de Aveiro de ir e voltar ao museu. E aumentar muito o preço do bilhete. Porque se vocês compararem o custo do nosso bilhete com museus análogos, não quero usar aquela palavra que o chega imortalizou da vergonha, mas, de facto, no valor o bilhete não tem dignidade. Pronto, mas temos que fazer isto, sim. É pá, vamos lá discutir esta matéria também. Um dia por mês, por exemplo, chega e sobra para os aveirenses irem e repetirem as vezes que quiserem, voltar ao museu, mas nós não vamos cobrar 5 euros ou 7. Estes museus em qualquer museu similar em Portugal, não é preciso sair de Portugal e ir para países muito caros, custa o dobro o triplo ou o quádruplo. Mas é uma reflexão que temos aberta.

Quando fecharmos a reflexão discutimos aqui sempre tudo. Discutimos, mas agora para decidir vai ser preciso este calvário administrativo, informal, de alterar o regulamento. Para a gestão vai uma proposta à Câmara, votamos e implementamos. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰³⁴ Ponto 3 – Apreciação e votação do Regulamento dos Museus de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta votos a favor (PSD18+CDS5+CH1+PS4+PAN2), três abstenções (BE2+PCP1) e zero votos contra.

Vogal António Nabais (PCP):

“A minha intervenção é a declaração de voto.”

De seguida a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰³⁵, que comunicou ao plenário que fazia uma única intervenção para apresentar os Pontos 4 e 5 da *Ordem-do-Dia*, não se verificando qualquer oposição.

A presidente da Mesa noticiou que então a apreciação e discussão iria ser conjunta e depois a votação dos pontos em separado.

Ponto 4 – Apreciação e votação da 2.ª Revisão Orçamental – Inscrição de ação de PPI respeitante ao Acordo de Mutação Dominial dos “Terrenos da Antiga Lota de Aveiro”.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 14/03/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Ponto 5 – Apreciação e votação do Acordo de Mutação Dominial dos “Terrenos da Antiga Lota de Aveiro”, do domínio público geral do Estado para o domínio público do Município de Aveiro.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 14/03/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁶

“Estes dois pontos têm uma relação absolutamente íntima, aliás, discutimos imenso com a dr. Maria João Moreto qual a ordem, para elaborar a ordem de trabalhos da Câmara, de qual dos pontos deveria ser primeiro. Acabámos por achar que o quadro orçamental é que

deve ser primeiro, ajustado para que depois a aprovação da permuta esteja correta com o quadro orçamental. Pronto, foi este o exercício. E por isso é que a minha introdução é sobre os dois pontos.

Ponto primeiro. Mexer no Plano, no PPI, tem apenas o enquadramento financeiro de no último ano do quadro do mapa, para que em 2029, estar lá o valor todo e, portanto, não mexe coisíssima nenhuma do plano. É apenas dotá-lo da capacidade para que a premissa do cabimento orçamental da despesa, esteja prevista obviamente no nosso Orçamento. Enfim, é uma regra administrativa básica para termos Visto do Tribunal de Contas.

Em relação ao Ponto 5, a matéria tem aqui relevância, enfim, sintetizando com meia dúzia de ideias principais do documento, procurei que o texto fosse o mais sucinto possível.

A história muito longa, história é muito complexa, ficará escrita nalgum sítio, mas, enfim, entendi que na proposta não fazia sentido. E, portanto, três ou quatro aspetos principais.

Primeiro a Câmara luta por isto há muitos anos. Eu e os meus antecessores e posso inclusivamente ir até ao Doutor Girão Pereira, porque ainda era ele Presidente de Câmara quando se começou a tratar da saída da lota de Aveiro e da passagem da lota para uma infraestrutura nova na Gafanha da Nazaré, que é o sítio onde está.

E, portanto, as conversas com o Governo do país ainda começaram à data da presidência do Presidente Girão Pereira. Pronto, isto é um objetivo de todos nós.

Depois há os acidentes de percurso. E o acidente principal de percurso foi a empresa criada para gerir o Polis Cidade de Aveiro. Por essa via, transforma-se aquele terreno que sempre foi domínio público, transforma-se em domínio privado.

Para quê? Muito simples, obviamente para que pudesse existir uma operação de urbanização. E houve um Plano elaborado para que depois se pudessem vir a concretizar os tais títulos que permitissem a emissão de licenças para se construir lá fosse o que fosse público ou privado. Obviamente que aconteceu o que aconteceu à nossa empresa. Enfim, acabou, embora formalmente ainda não está liquidada, mas pronto, acabou há muitos anos.

E é neste quadro que é a partir daqui que começam as nossas discordâncias porque os terrenos passam a domínio privativo da APA! E aqui é que está o absurdo dos absurdos, porque, obviamente a APA deixou de ter alguma coisa a ver com aquilo em termos de delimitação, por que diabo é que é herdeira daquela parcela de terreno que tinha como sócios o Governo do país representado pelo Ministro do Ambiente e a Câmara de Aveiro, à extinção do Polis, aquilo passa para domínio privativo da APA. Ninguém percebeu.

É evidente que depois podem haver várias explicações para o caso, mas pego só numa, que era o interesse contabilístico daquele ativo estar nas Contas da APA. E depois fez-se um relatório de avaliação com base na capacidade construtiva do plano de urbanização do Polis, os tais 8 milhões e tal de euros que obviamente tinham uma avaliação e que estava aprovada dentro da APA e que permitia que aquilo valoriza-se o Ativo da empresa. Mas isto é um absurdo! É o absurdo da história, porque obviamente a APA deixou de ter há muitos anos que ver com aquilo, muito especialmente quando é delimitada a sua área de intervenção.

Em razão da razão, a antiga lota saiu da área de jurisdição do Porto de Aveiro, mas não deixaram o domínio privativo. E aqui está o problema do nosso desentendimento. Procurámos no quadro da legislação da Descentralização que os terrenos passassem para nós. Continuamos a defender aquilo que a Assembleia Municipal também defendeu, com aquilo que aprovámos aqui, aquele terreno mesmo sendo domínio privativo da APA cai dentro da alçada da legislação da Descentralização e devia ter sido passado para a Câmara nesse quadro, sem qualquer tipo de custo.

Continuamos a defender a mesmíssima coisa, que aprovámos na Câmara e aqui na Assembleia Municipal e, essa quis que ficasse no texto, o Senhor Ministro D.r Pedro Nuno

Santos, com quem tive 3 reuniões para discutir esta matéria, ficou de me mandar parecer jurídico a sustentar a sua perspetiva, de que o terreno não se integrava na Descentralização. Nós mandámos 2 pareceres jurídicos ao Dr. Pedro Nuno Santos ou aos serviços que estavam sob a sua tutela, mas nunca chegaram, infelizmente! A verdade é que esse absurdo se manteve.

E a certa altura, com o então Presidente Olinto Ravara, presidente da APA, eu fiz a primeira proposta. É pá, esta conversa tem que acabar algum dia. Portanto, além de continuarmos a nossa luta pela transferência no quadro da Descentralização, vamos abrir aqui uma outra frente. Nós compramos o terreno. E propus 2 milhões de euros para a compra do terreno. Disse ao Presidente Olinto, dois milhões, marcar o dia da escritura, está fechado.

Ó pá, e tal e coisa, não podemos, não sei o quê. A seguir vem a presidente Fátima Alves e logo na primeira reunião que tivemos, vamos lá embora tratar disto. Ai já com 2 frentes de negociação, a frente da Descentralização e a frente da compra. E fiz-lhe uma proposta escrita sobre um quadro com dinheiro e com terrenos. O célebre terreno da Câmara que temos dentro da área do TER/TIF que vale 2,4 milhões de euros e fiz uma proposta a dizer ok, está aqui a solução. Solução A, transferência de competências, em que temos que compreender que não é exatamente a APA que manda. Era muito importante termos tido o apoio da APA nessa luta da Descentralização, que nunca tivemos. A APA, em todos os seus presidentes, foi sempre contra. E na abertura dessa outra frente não conseguimos acordo.

E, obviamente, voltamos à carga, mas agora com uma nota, nós temos que conseguir que alguém do Governo nos dê razão de que isto não faz sentido ser domínio privativo da APA. Porque essa era uma questão chave neste processo. Chave, porque senão nós nunca mais saímos daqui. E felizmente conseguimos. Essa pessoa foi muito importante, foi o trabalho do arquiteto Miguel Santos, não está escrito na proposta, mas que foi Subdiretor geral da DGTF (Direção Geral do Tesouro e Finanças), que saiu há pouco tempo. E foi muito importante, obviamente, a saída do Dr. Pedro Santos e Dr. João Galamba, de Ministros das Infraestruturas de Portugal e a assunção dessa pasta pelo Primeiro-Ministro António Costa. Porque na conversa que eu tive com ele a pedir-lhe atenção para resolver este problema, ele disse-me logo que contasse com a sua disponibilidade, sempre com a embaixadora deste dossier e de tantos outros no Governo a Ministra Ana Abrunhosa, e conseguimos que com a entrega do dossier ao Ministro das Finanças, que é quem tem a tutela do património do Estado e, entretanto com a saída da gestão do património da DGTF e a entrega à Estamo, nós conseguimos que nos entendessem, que acabassem com esta situação absurda de que aquilo é domínio privativo.

E, portanto, depois de muito trabalho, de muitas de reuniões, de dezenas de horas, discutirmos o texto, computador lá e computador cá, altera isto põe aquilo, a Resolução do Conselho de Ministro tem muitas versões, eu esta penso que é a décima ou a décima segunda versão. Mas pronto, lá se fazem 2 coisas no mesmo ato, transpor do domínio privativo da APA para o domínio público do Estado, onde devia estar desde a extinção do Polis Cidade de Aveiro. E, no mesmo ato, passar do domínio público do Estado para o domínio público Municipal, com um conjunto de preceitos e de condição que foram os preceitos de condição que eu acordei com o Presidente Eduardo Feio, presidente atual da Administração do Porto de Aveiro, na tal gestão da segunda frente de, vamos lá abrir aqui uma segunda frente.

E, portanto, este exercício é um exercício positivo. É um exercício que é da maior urgência como todos sabemos. E agora sim sabemos muito mais do que se passa ali e ainda não somos donos. Mas já vamos tomando conta até por solicitação da Estamo.

A APA estava aqui na zona, mas não fazia coisíssima nenhuma, mas a Estamo não está. Mas a Estamo solicitou, temos um documento em fase de assinatura, já o consciencializamos, para que até a Câmara ser proprietária, só o somos quando recebermos o Visto do Tribunal de Contas, enfim, alguém tomar conta.

E ouçam são muitos os problemas, as ocupações ilegais, o lixo, os aterros, aquilo é bem pior do que aquilo que a gente já sabia.

E, portanto, é esse trabalho que estamos já a fazer. A preparar, obviamente, que nesta fase temos que dar seguimento ao processo, com a decisão que a Câmara já tomou, que trazemos à nossa Assembleia Municipal e de envio imediato ao Tribunal de Contas.

Este é um processo que nós estamos numa abordagem tranquila com o Tribunal de Contas, mas é um processo que tem as suas originalidades. Embora não é a primeira vez que mandamos processos originais ao Tribunal. Mas, enfim, é o que é e cada processo é um processo, para que com a emissão do Visto nós possamos ter o direito de assumir a posse, e obviamente o direito pleno, sendo proprietário, de assumir a gestão.

Ato imediato vamos contratar estudo urbanístico, para desenvolver estudo urbanístico para tratarmos do loteamento e, obviamente, iniciarmos investimento, seguramente as infra-estruturas públicas. Já temos candidaturas a Fundos Comunitários feitas, na luta por financiamento obviamente dessa componente. E virmos a ter investimento público e investimento privado, para dar vida e qualidade urbana e ambiental a esta fantástica parcela de terreno.

Portanto, sumariando, e já passei o meu tempo, são estas as notas principais de um processo muito duro, muito difícil e pronto. Obviamente deixo um cumprimento muito especial, um abraço muito especial, ao Ministro das Finanças Fernando Medina, porque, enfim, nesta etapa final, nestes últimos 3 meses, e seguramente também aproveitando o facto de ele ter menos trabalho, enfim, termos conseguido este acordo. E o empenho dele foi absolutamente fundamental, com reuniões em que ele próprio participou, não foi só a sua fantástica Adjunta Dr.^a Rute ou o excelente presidente da Estamo Dr. António Furtado, o Ministro Fernando Medina participou ele próprio em muitas das reuniões dos últimos 3 meses para tratar deste processo. Obviamente houve tanta gente que deu uma ajuda, mas, obviamente, ele foi o elemento que faz a diferença para que esta longa luta de muito suor tenha chegado a este momento bom. Sabendo que, obviamente, ao lado da decisão da Assembleia Municipal, falta a decisão fundamental do visto do Tribunal de Contas. Sem o visto, enfim, isto não passa de uma excelente intenção e, portanto, é nesse quadro que o processo vem à Assembleia Municipal e eu estou ao dispor para qualquer questão que entendam por bem colocar. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[038](#)

“O que neste assunto nos parece relevante, sucintamente, porque depois nos levará ao ponto 5, será voltar a relembrar a este executivo que um estudo urbanístico ao gosto do Sr. Presidente da Câmara, não é o suficiente para determinar o destino de um espaço da cidade, a localização, a dimensão e a importância que este tem e que nos seja explicado, o que não é claro, se esta zona será sujeita ou não a Plano de Pormenor?”

Esse "estudo urbanístico da zona da antiga lota de Aveiro - Living Places Lab", leva-nos a perguntar se não havia um nome em português, mas é também autoexplicativo do tipo de negligência dada aos aspetos do bem-estar público e democrático, correspondente com as políticas municipais de habitação ou falta delas, que consideram tudo menos quem mais precisa e sempre para poucos em vez dos muitos.

E convém ainda recordar que, faça os estudos que fizer, necessários ou não às avaliações descritas, e os concursos de ideias que quiser, um estudo não é um Plano de Pormenor.

E o que se está a criar ali é cidade. E não se criam cidades por capricho, nem sem pensar no futuro e nas futuras gerações Aveirenses.

O que aqui votamos hoje, deveria ser apenas se estamos de acordo com o "acordo de mutação dominial", de terrenos públicos propriedade do Porto de Aveiro para terrenos públicos do município de Aveiro. Apenas disso se deveria tratar. A mutação dominial e não da passagem de domínio público para domínio privado municipal, com um estudo mais que dado como feito e certo, ao estilo para turista ver e investidor comprar e com o processo de decidir e dispor, que vem caracterizando este executivo.

Seria impossível em boa consciência estar de acordo com os princípios especulativos de tal estudo e de tal solução, com o desenho, com o processo participativo, com o processo social inexistente que o caracterizam e acima de tudo com os valores de desigualdade e injustiça social que protagoniza. Disse.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[039](#)

“Nós congratulamo-nos que este processo tenha sido desbloqueado pelo Governo. Portanto consideramos que aquela zona é uma zona que pode tornar-se uma zona muito nobre da cidade. Há ali um enorme potencial de atração de riqueza e criação de riqueza. Porque nós para distribuir riqueza primeiro temos que a criar. É algo que os partidos de extrema-esquerda não percebem. Para distribuir riqueza primeiro é preciso criá-la.

E, portanto, ali é uma zona que se pode tornar uma zona muito nobre da cidade. É preciso, de facto, pensar muito bem na zona e rentabilizá-la, saber rentabilizá-la, para benefício da economia e dos aveirenses.

Agora tenho algumas questões. Senhor Presidente da Câmara, em maio de 2021, deu uma entrevista em que disse que considerava que pagar 6 milhões pela lota, que era um exagero!? Agora vai pagar 6,7 milhões. A pergunta é o que é que mudou de lá para cá? Depois a outra questão que eu tenho a fazer é porquê este escalonamento de pagamentos? Dá ideia, em 2025 só paga 395 mil e depois dá ideia que está a arrastar os pagamentos para depois da sua saída da Câmara Municipal. Bom, nós, em princípio, votaremos favoravelmente, mas gostava que nos esclarecesse estas questões. Tenho dito. Obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[040](#)

“Obrigada senhora Presidente. Dar conta que iremos votar favoravelmente estes dois temas, porque são dois pontos a este tema. Este é um tema muito importante para a cidade e concordamos que é essencial haver uma requalificação da zona. O que vai ser feito depois mais à frente iremos discutir mais em pormenor. Mas a importância deste passo é inegável para toda a gente de Aveiro e de ver a necessidade daquele espaço requalificado e mais digno perante a cidade. Obrigado.”

Vogal Joao Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[041](#)

“Muito obrigado Senhora Presidente. O Bloco de Esquerda olhando para esta situação no abstrato, nós somos a favor da gestão pública e propriedade pública daqueles terrenos. Nós achamos que deve ser a Câmara Municipal a ser a detentora daqueles terrenos e gerir aqueles terrenos. O problema aqui é que não é isso necessariamente que nós estamos a votar. Nós estamos a votar isso e mais do que isso. Se não fosse assim o Senhor Presidente não teria colocado aqueles desenhos e aqueles 3D todos bonitos, feitos, se bem

nos lembramos, foram bonitos, mas o preço e quem é que vai poder pagar por aquilo. Se bem nos lembrarmos, quando aquele plano foi feito, aquilo foi vendido, digamos assim, aos cidadãos aveirenses como sendo um concurso de ideias. Só para fazer força perante o Governo, provavelmente até não se iria fazer nada daquilo, aquilo era só mesmo para fazer pressão sobre o Governo.

Passado este tempo todo, aqui estamos nós a discutir este ponto onde, precisamente aquela ideia vencedora, está escarrapachada nos documentos! Portanto, se isto fosse apenas uma questão de transposição da propriedade de uma entidade pública para outra, nós questionamos o porquê daqueles documentos constam na discussão deste ponto.

Nós sabemos porquê, porque o Senhor Presidente também já deixou esse ponto bastante claro. Aqueles terrenos, ou parte significativa daqueles terrenos, são para ser colocados no mercado imobiliário. É esse o objetivo, sempre foi esse o objetivo. E nesse ponto nós discordamos frontalmente.

Nós até podemos discutir para além da questão de se é justo e se é boa gestão pública, colocar a Câmara Municipal a pagar a limpeza e a requalificação daqueles terrenos para depois o usufruto e a mais valia ser para privado. Essa é uma das questões. Mas também há outra questão que é a questão da própria da própria localização.

Aqueles terrenos, como bem sabe, aqueles terrenos estão numa zona potencialmente inundável e, portanto, até que ponto é que nós não vamos estar a gastar ainda mais dinheiro da Câmara para depois ir fazer requalificação dos prédios privados que vão estar lá quando o nível das águas subir mais uns metros.

Portanto do ponto de vista da promoção do interesse público é um absurdo porque o que está aqui em causa é um gigantesco negócio imobiliário. Promovido e com todo investimento da Câmara Municipal. Do ponto de vista ambiental também é altamente questionável aquilo que é que está previsto para aquela zona. E, portanto, apesar do Bloco de Esquerda ser a favor de propriedade pública e da gestão pública pela Câmara Municipal daqueles terrenos nós não podemos concordar com o futuro que a Câmara quer dar estes terrenos. Porque esse ponto, esse é que é o verdadeiro ponto a ser aqui discutido. A questão da propriedade camarária desta propriedade como municipal é unânime nesta casa, tenho a certeza absoluta disso. A questão do futuro que se vai ser dada aqueles terrenos, essa não é unânime. E tendo em conta as declarações do senhor Presidente, tendo em conta o processo que nos levou até aqui, tudo indica que mais uma vez a Câmara Municipal vai servir de uma espécie de mestre de cerimónias para um gigantesco negócio imobiliário e podem ter a certeza que não vão contar com o Bloco de Esquerda para esse festim.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[042](#)

“Muito obrigado. Vamos lá ver se eu percebi bem. O Bloco de Esquerda acha que aquilo não deve ser vendido privados porque é inundável, mas para fazer construção a custo controlados já pode ser! Não tem problema nenhum que entre a água pelas casas a custos controlados. Ok, tudo bem. Ficámos a saber que afinal o Bloco de Esquerda tem preocupações com a construção, dita de luxo. Pronto, tudo bem.

Fazendo um bocadinho de história, houve um primeiro (e desculpe o termo) boneco para àquela zona, que data do Plano Polis, com uma densidade de construção muito superior àquela que este estudo que saiu de um concurso de ideias apresenta. Tendo em conta o desenvolvimento sustentável da cidade, o melhoramento das condições de vida, etc, etc, etc.

Este estudo, que vem de um concurso de ideias, dá muito melhores condições àquela zona do que havia sido pensado há 20 anos atrás. Mas isso também é normal, porque as coisas

evoluem. A maneira de pensar é diferente e se calhar quem fez há 20 anos atrás se fizesse hoje, não ia fazer igual ao que estava, certamente faria diferente. É perfeitamente normal que isso aconteça.

Depois uma palavra também para lembrar, quem usa aquela área, o Clube dos Galitos, Sporting Club de Aveiro e Associação A Vela há 20 anos, para chegarem às suas instalações é pior que uma picada em África. Houve uma pequena intervenção feita pela APA pouco depois da tomada de posse do Presidente Eduardo Feio, que melhorou durante uns tempos a condição de circulação, mas foi a única em 20 anos. O Francisco Picado foi utilizador há não sei quantos anos, provavelmente quando ainda cabia dentro de barco de Remo, coisa que hoje também será difícil, saberá bem daquilo que eu estou a falar. É complicado para quem vai para lá todos os dias treinar, não só as condições de chegar, a falta de iluminação, etc, etc.

Portanto julgo que todos queremos é que a nossa cidade tenha boas áreas, boa construção, construção para todos. O município é extenso, há espaço para todos e também é normal que seja o município apelativo para virem para cá pessoas de fora. E se fosse o discurso que ouvimos aqui anteriormente, com certeza que a construção dita de luxo que se vai fazendo estava toda por vender. Mas não. Não está. Vai-se construindo, vai-se vendendo. Há pessoas com capacidade para comprar esse tipo de construção. Há pessoas que vêm de fora de Aveiro para em Aveiro viver e compra esse tipo de construção e, portanto, acho que isto é bom para o desenvolvimento de Aveiro e, como dizia o deputado do Chega, é preciso criar riqueza para a distribuir. Isto não vem com a chuva. Por outro lado, e não foi aqui falado, o boneco que está apresentado neste estudo, e que ganhou o concurso de Ideias, também tem algo que é muito importante para Aveiro, que é uma Marina que possa receber o turismo náutico, que passa ao longo da costa de Portugal, e parecendo que não, é um tipo do Turismo que também é uma mais-valia para quem o poder receber. E nós não temos espaço para receber barcos, das centenas ou milhares de barcos de recreio que navegam no Atlântico e que precisam também de um porto de abrigo a meio da costa portuguesa, onde possam entrar, onde possam eventualmente fazer reparações. Também a indústria náutica em Aveiro, ao contrário que o Presidente da Câmara de um outro município ao lado disse há uns anos atrás, que tinha morrido em Portugal, está boa e recomenda-se. E não só em Aveiro. Portanto os barcos precisam de fazer pequenas reparações ou grandes reparações, as pessoas que se deslocam de barco a fazer Turismo também gostam de visitar as cidades, mas para isso precisam de ter sítios para deixar os seus barcos. E todo este desenho do concurso ideias, dá respostas a todas essas valências e também às necessidades dos clubes desportivos que ocupam aquela área e finalmente poderão vir a ter instalações dignas e com a capacidade necessária para o bom desenvolvimento e melhoramento das suas atividades.

Por tudo isso acho importante que este passo seja dado. Não é nas condições que a Câmara pretendia e que a Lei da descentralização dizia, mas pronto são as condições possíveis neste momento.

Há um acordo de pagamentos que parece interessante, porque vai depender muito e tem um período relativamente longo das vendas de terrenos que a Câmara possa vir a fazer. E paga uma percentagem do valor da venda, portanto não obrigando ao dispêndio destes 6 ou 7 milhões de imediato. Parece que é de todo importante. Até para não prejudicar as Contas da Câmara.

Portanto, não sendo o ideal, parece-me bastante bom este acordo para que possamos avançar então depois para os desenhos definitivos, para as ideias definitivas, para a dimensão de construção que se vai pretender, para os equipamentos que vão ser colocados naquela área e para que seja criado mais emprego, para que seja criado mais um pólo de desenvolvimento da cidade, que acho que é o que todos nós pretendemos. Disse.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[043](#)

“Muito obrigado. Duas notas sobre estes dois pontos. A primeira recorrendo áquilo que foi a intervenção do Senhor Presidente, no ponto um desta assembleia e citando ainda que não de forma muito rigorosa. Se ambas as partes fazem negócio, conhecendo as condições prévias é porque o negócio é obviamente agradável para ambas as partes.

E, portanto, muito pouco mais a acrescentar sobre isso, embora numa possa estar menos satisfeito aqui a outra, mas há aqui um negócio que se vai concretizar e que os prazos de pagamento dilatados no tempo, penso que a coisa acaba por se acomodar.

A segunda nota e não me perdoariam, alguém não me perdoaria, se obviamente não deixasse aqui uma nota de cautela para o futuro. Mas o Senhor Presidente já demonstrou que é sensível às Associações Desportivas e, portanto, estou em crer que salvaguardará os interesses daquelas que lá estão, em particular, de uma que a mim me diz respeito, porque, de facto, era difícil para lá. E, portanto, é de toda a justiça quem penou durante 40 anos, agora não lhe veja associado acesso ao local e fica a nota para memória futura.”

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[044](#)

“Muito boa noite. Permitam-me começar com um desabafo. Finalmente aquele espaço vai passar a ser um ativo do Município. E o Senhor Presidente fez o favor de relembrar a história. Foi demasiado tempo, com a autarquia a tentar que aquele espaço da nossa terra fosse alocado à nossa gestão. Mas recuando apenas aos últimos 10 anos, a nossa autarquia demonstrou sempre uma vontade e foco muito relevantes nesta matéria e bem. E que sempre mereceu o nosso total apoio.

Mas nos outros interlocutores, nomeadamente o Governo de Portugal, tivemos vários personagens ao longo do tempo, um deles da região o atual Secretário Geral do Partido Socialista, Pedro Nuno Santos, foram vários Ministros a “arrastar os pés” para usar uma expressão muito cara ao mesmo e a não decidir nada, rigorosamente nada!

Em suma, foi preciso a tutela passar pela mão do Primeiro-Ministro para haver “andamento nesta matéria”, com isso finalmente existir um acordo. Podemos achar que é um bom ou mau acordo, mas só existe acordo quando as diversas vontades convergem, e se o valor é baixo ou alto para o espaço em causa, sinceramente, é o valor ao qual o estado central governado pelo PS está disponível para entregar à autarquia.

Ainda que eu gostasse que o Governo do país tivesse sido mais célere neste processo e mais benevolente no valor de venda, até porque acredito que a autarquia ainda terá de ajustar aquele espaço para o colocar utilizável para projetos futuros, como foi dito pelo Senhor Presidente, mas o relevante é que finalmente a autarquia vai poder gerir aquele espaço do nosso território e por isso estamos de acordo com este acordo e com a 2ª revisão orçamental.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[045](#)

“Obrigada senhora Presidente. Queria saudar a Mesa, digníssima Câmara, senhores deputados, a assistência aqui na sala e a que está em casa a ouvir-nos.

Queria em primeiro lugar manifestar a minha gratidão ao Senhor Presidente pela luta que tem tido neste processo, como noutros. E eu não me posso esquecer que já noutros e noutra vida, teve sucessos. Estou-me a referir ao Parque na Gafanha. Há uma coisa que eu não concordo e como aveirense quero-vos dizer: estes 6,7 milhões de euros que estão

aqui é um roubo que estão a fazer a Aveiro, porque a APA, tendo domínio público ou privativo, fez muitos mais prejuízos aos aveirenses na Ria de Aveiro ao longo dos últimos 70 anos, a partir 1950, que isto devia ser dado a Aveiro. Quanto é que a Câmara já gastou na altura na requalificação da estrada do Sal? De quem era o espaço? Onde é que estão os aveirenses que defendem Aveiro ou o que é que andam os nossos deputados a fazer por Aveiro?

Estamos a falar de uma zona de Aveiro que é Nobre. Muito bem, estou de acordo e apoio totalmente com toda a tramitação que eu sei que a sua competência nos vai deixar bem. Mas isto é o reflexo do que se passa no resto da Laguna. Se nós percorrermos a Laguna, sobretudo no município de Aveiro, se verá que é uma desgraça que o Partido Socialista fez em 2001, ao acabar com a JAPA e instituir a APA, deixando todo o resto que não faz parte da zona administrativa da APA ao deus-dará. E que ainda hoje está. O Partido Socialista é o responsável pela destruição que existe em toda a restante Ria de Aveiro.

Eu ando há 24 anos a lutar com isso! Quando o Partido Socialista instituiu a APA, logo com uma destruição de uma Mota em Vilarinho, eu tive uma reunião com o governador civil e o Presidente nomeado para a APA na altura, que tratou mal o primeiro Presidente da APA e tratou mal o governador civil, porque ele declinou as responsabilidades para o Ministério do Ambiente. Ainda hoje ainda hoje vão a Mota da ilha Nova e vejam como ela está! Vão aos 200 hectares em Vilarinho e vejam como está.

Portanto Senhor Presidente, não sendo possível outra maneira que siga este processo. Mas é uma injustiça o que o Governo está a fazer às pessoas de Aveiro.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

“Neste ponto de cedência e compra dos terrenos da Lota é o objetivo de todos, todos quiseram, todos querem, que aqueles terrenos sejam a Câmara Municipal de Aveiro. A Polis nada fez por eles! O Plano de Urbanização da Polis neste assunto foi uma nulidade. Este é mais um processo a caminho do seu fim. Diria antes: é mais um processo a caminho de um bom fim para Aveiro e para os aveirenses. Mas queria deixar um pedido ao executivo e naturalmente ao Senhor Presidente. No cumprimento do que foi aprovado nesta assembleia em 2022 o Executivo está disponível para a compra, mas que continue a lutar por estes terrenos, no âmbito de eles serem abrangidos pela descentralização, como foi aprovado nesta Assembleia por todos os partidos ou pelo menos pela maioria. É um pedido que fica.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁷

“Muito obrigado. Obrigado a todos. Há aqui duas ou três coisas que é importante dar nota por causa da intervenção do António Nabais e do João Moniz. Tem a ver com o papel do estudo urbanístico. Não há nenhum estudo urbanístico. Nós fizemos um concurso de ideias, com um conjunto de termos de referência, para termos uma base para virmos a fazer um estudo urbanístico. Não há nenhum estudo urbanístico e, portanto, vai haver, tem que haver, porque é uma peça fundamental. O António já está a perguntar, enfim, percebi se era uma pergunta ou uma opção clara por um plano de pormenor. Nós ainda não temos essa decisão tomada. A perspetiva que temos (e obviamente que falamos sempre claro quando temos decisões) é não ir pelo caminho de um plano de pormenor e ir pelo caminho do estudo urbanístico que depois se transforma, enfim, depois com os devidos atos formais num loteamento municipal.

Pois alguns dirão, pois é para fugir do inquérito público. Negativo. Ao abrigo das regras do nosso plano diretor municipal, o loteamento municipal desta área tem que

obrigatoriamente ter inquérito público. Portanto, ninguém vai fugir de inquéritos públicos, nada. Embora eu goste sempre de dizer que esta coisa dos inquéritos públicos formais, são para cumprir as formalidades. Quem tiver ideias, quem quiser fazer propostas, faz favor a porta está sempre aberta.

Fez sábado oito dias eu fui lá, já fui lá com três empreiteiros, para os ajudar a perceber o que lá está e o que nós queremos para a tal operação de limpeza, para eles no estimarem custos. Temos de ter antes das formalidades, quanto é que custa fazermos a remoção dos lixos e a demolição daquele depósito, que eu espero que não caia antes de nós o pormos abaixo, assim como a velha cantina, vergonhosa, que lá está. Enfim, um conjunto de coisas que lá estão e que atentam contra a segurança e a salubridade. Numa das visitas no sábado de manhã, um dos dirigentes do clube A Vela estavam à porta três, fez sinal para parar o carro, e disse: Sr. Presidente já nada a trabalhar nisto, sim senhor, mas olhe, aquela coisa da marina não faça aquilo. A ideia está muito gira, mas não faça aquela Marina porque aquilo vai ter um problema de assoreamento. Pense bem e não faça a Marina.

Isto para vos dar nota de um bom testemunho, de uma pessoa dirigente do A Vela, que gere lá o ancoradouro e que sabe da Ria e que acha que fazer o que está no concurso de ideias ele acha que está errado e que não é bom ir por ali. Pronto. Isto é a participação pública. Esta é a discussão pública que interessa. Mas primeiro temos que cumprir as formalidades. E vocês sabem bem que quando já se traz aqui o PDM na sua versão final ou o Plano de Pormenor do Centro na sua versão final, vamos discutir o quê? Não vamos discutir nada. Esse momento aqui é o das posições políticas. O momento da participação pública para dar ideias, dizer pensem nisto, cuidado com isto, está desde já aberto. E a ideia de concurso de ideias, penso que foi o João Moniz, duas frases com uma coisa fantástica: “foi para fazer força junto do Governo”! É verdade, João. E agora alguns já perceberam melhor porque permitiu pôr as pessoas a pensar no assunto. Concorreu quem quis, foi ver a exposição quem quis, concorda, discorda, viva a reflexão. E foi de grande importância para pressionar o Governo. Sem aquele instrumento, não podíamos ter feito a candidatura que está neste momento em apreciação aos Fundos Comunitários. E não podíamos ter feito esta avaliação. A avaliação tem que ser feita sobre algo. A avaliação dos 8 milhões da APA foi feita sobre a capacidade construtiva definida no plano de urbanização. Se fizéssemos uma avaliação com base nos índices máximos que o PDM permite para aquela zona, eventualmente estes valores estariam aí para o dobro. Mas não. Porque nós dissemos que queríamos ficar no patamar na casa dos 60% da capacidade construtiva do PU POLIS. E, portanto, baixámos a capacidade construtiva logo nos termos de referência do concurso de ideias. E, por isso, quando depois os avalistas se juntam, pronto, tem que se a juntar para avaliar algo que já tem metros quadrados, tem tudo, se não chegariam a lado nenhum. Ouçam, e o trabalho dos nossos dois avalistas foi tremendo. O nosso avalista, enfim, a puxar para baixo. O avalista da APA a puxar para cima. Depois tinha dificuldade em mudar de opinião e fazer consensos. Mas com pressão minha sobre o avalista da Câmara e do presidente da APA sobre o avalista da APA, lá conseguimos que eles consensualizassem cedendo nós ali um bocadinho no fim, porque senão ainda estávamos a discutir a avaliação.

E, portanto, isto é o quadro da utilidade que teve o estudo urbanístico e que agora nos permite partir de uma base, porque, enfim, vocês sabem como é que é isto de discussão pública. Não há nada, não há um desenho, alguém dá ideias? Ninguém dá ideia nenhuma. Agora já temos uma coisa e vamos discutir esta coisa. A Marina está bem, está mal. É útil ter um hotel ou não. A construção é alta demais. Deve ter uma unidade de cuidados continuados ou não. As estradas estão bem ou devem ser mais pequenas. Agora podemos discutir com base numa coisa que facilita a discussão. E, portanto, é neste quadro que foi

útil, mas deixar claro ao João Moniz que, neste momento, o que está em causa é só a mudança do domínio público do Estado para o domínio público municipal.

Há-de vir cá e espero que seja dentro deste nosso mandato, temos que dar à perna que isto dá muito trabalho, mas é minha convicção que vamos conseguir, há-de vir cá a proposta, porque é a Assembleia Municipal que manda, de uma área x com y lotes, vir aqui uma proposta para passar aquilo de domínio público municipal para domínio privado municipal, para a seguir a Câmara poder lançar hastas públicas para vender o terreno. Não há volta a dar. Agora João, com toda a seriedade, está aqui a perspetiva que temos, uma proposta que diz só isto, em termos formais, passar do domínio público do Estado para domínio público da Câmara.

Mas, obviamente, já se dá nota de forma muito séria daquilo que é a perspetiva de uma área que precisa de ter investimento público e precisa de ter investimento privado.

O Gabriel Bernardo está preocupado, que eu quero deixar esta herança para o meu sucessor! E devo dizer que eu subscrevo a sua preocupação, porque eu quero mesmo.

E gostava muito de conseguir que os cerca de 13 milhões de euros que é preciso investir em infraestruturas naquela área, para que possa começar o primeiro euro de investimento privado, eu gostava muito de o fazer até ao final do mandato. Mas devo dizer que é muito difícil. Porque só licenças, pareceres externos, etc, há muito mês para gastar.

Mas não há volta a dar. Isto é daquelas coisas que a nós demorou 10 anos. Tomara eu que tivesse demorado 10 meses, embora nos meus primeiros 10 meses desta Câmara não havia espaço para pensar em coisa nenhuma. Em todas as reuniões com os presidentes da APA que eu tive, e foram quatro em 10 anos, sempre esta matéria esteve presente e depois, como faço as minhas notas de todas as reuniões, está lá sempre esta matéria. E, portanto, o planeamento é um planeamento que está justaposto ao plano. É um planeamento referencial que temos das hastas públicas para dar receita com aquele pressuposto formal de que é 30% da receita das hastas pública, que nós vamos usar para pagar esta obrigação que temos. E essa obrigação pode ser paga em dinheiro e pode ser para em terreno. Portanto, quisemos também negociar essa parte e escrevê-la, para não haver depois à frente a gente perguntava e a resposta podia ser não. Mas assim já fica escrito agora para não haver questões e, portanto, este é um bom negócio.

Francisco Picado estava a comparar com a conversa de o negócio ser bom para ambas as partes. Obviamente. Embora no contrato com o Montepio não há nenhuma cláusula que diga que em qualquer circunstância alguém dará ao outro o bem. Neste processo, em português claro, está escrito em vários sítios, que a Câmara vai continuar a lutar pela entrega deste terreno sem pagamento no quadro da Descentralização.

E há uma coisa que já ganhámos para essa luta. O terreno já não é domínio privativo da APA. Obviamente, eu agradeço ao presidente Eduardo Feio ter feito este acordo comigo. Mas acha intolerável que ele e os antecessores dele, todos, tenham mantido a birrinha de que isto é domínio privativo da APA. É muito útil o que disse o Casimiro Calafate sabe. E é bom que o Casimiro comece a investir algum do seu tempo a escrever coisas, porque a memória tramada, nós somos seres humanos, depois nem nós próprios conseguimos armazenar tudo, quanto mais aqueles com quem partilhamos e, por isso, existem os escritos. Porque é muito importante isso.

Porque o que a APA fez é de uma vergonha dramaticamente grave. Todos os presidentes, sem exceção. Os com quem me dei sempre muito bem, os meus 4. E tive alguns que, enfim, só faltou tratarmos mal, para me ficar por aqui. E é isso que o Casimiro disse. Então a APA deixou a lota como está? É bom lembrar, a estrada que ligava Aveiro à Gafanha da Nazaré ao Forte da Barra, que depois tinha a nossa Ponte de Pau para ir para a Barra, a APA deixou-a num estado absolutamente miserável. Gastamos lá cerca de 2 milhões e meio de euros. A APA foi-se embora e quem vier a seguir que feche a loja.

De facto isto, os aveirenses que lideraram a APA, e vou ficar-me pelos meus 4, para não complicar os testemunhos, agiram gravemente mal e vergonhosamente mal. E então alguns, que quando eram vereadores defenderam uma coisa e quando eram presidentes da APA defenderam o seu oposto. Então, esses estão em muito piores lençóis.

Portanto, este é um acordo bom, é. Senão nós não os assinávamos. Mas esta exigência e esta luta, em nome da justiça, em nome do rigor, porque ainda por cima somos todos do mesmo dono, a APA é 100% do Estado Português. A Câmara de Aveiro é 100% do Estado Português. E a atitude da APA a gerir este dossier é uma vergonha.

Temos a vida facilitada, finalmente, com a Resolução do Conselho de Ministros. E essa está tomada, já não depende da deliberação de Câmara nem da Assembleia Municipal nem do Visto Tribunal de Contas. Aquilo já não é domínio privativo da APA. Aquilo neste momento é domínio público do Estado.

E o grande argumento que a APA usou este tempo todo, para não deixar, para não concordar, com a utilização do Decreto-lei da descentralização das áreas portuárias, é porque é domínio privativo. É o grande argumento deles e dos advogados da APA. E um deles que Deus o tenha muito tempo sem nós, que era uma pessoa da grande qualidade, grande jurista, enfim, que perdeu a vida cedo demais, a grande discussão era esta. É o único argumento que ele tinha para não me dar razão.

A única leitura da lei que ele tinha, era face ao facto do terreno ser domínio privativo. Não havia mais argumento nenhum. E esse Francisco, acabou.

Agora voltando às boas práticas e aos ensinamentos dos nossos antecessores, mais vale um pássaro na mão que dois a voar. E, portanto, temos um pássaro na mão, temos quase, falta o Visto Tribunal de Contas, que obviamente depois da decisão, enfim, e da aprovação da nossa Assembleia Municipal, esse espaço, nós temos de conquistar.

Temos que começar a cuidar daquilo. É preciso investir muito dinheiro. Só assim um primeiro orçamento muito grosseiro, ainda sem medições, sem levantamento topográfico, e, entretanto, facultamos às empresas para verem onde é que há lixo a mais, demolir não sei o quê, fazerem cálculos, uma proposta assim muito grosseira são 100 mil euros.

E há coisas que desde já queremos fazer. Uma operação de limpeza primeiro, uma qualificação rodoviária muito básica, mas estável. Aquilo que fez a APA no caminho é uma tanga. E a gente não anda aqui a dar tangas. Nós quando pusermos mão a moldar a solidez de um corredor, que vai ser corredor enquanto não começarem as obras novas, vamos deixá-la sólida. Apesar de vez em quando possa abrir um buraquito, mas não aqueles buracões que lá estão. Como é natural, uma camada de toutvenant semeada, cilindrada em cima, bastam 3 chuvadas e 4 dúzias de carros a passar por cima, e lá foi aquele nivelamento bonito que fica nos primeiros dias, como é natural e normal.

E a outra infraestrutura que temos que atalhar rapidamente e a estrutura elétrica. Porque o que está lá é uma coisa que, enfim, olhem, que não é. Nem é um nheque-nheque, enfim, é uma coisa não é. E, portanto, temos que cuidar também dessa componente.

Este é o quadro base. Obviamente que os clubes desportivos têm trabalhado connosco, obviamente. Até temos já uma primeira abordagem de qualificação do posto Náutico do Galitos, objetivamente. É com quem já as coisas têm essa dimensão.

O Gabriel Bernardo perguntava, mas o Presidente disse uma vez que 6 milhões era um exagero. Eu acho que foi quando eu falei dos 8 milhões, que era um exagero que era a avaliação da APA. Eu disse que 8 milhões era um exagero. E porque é que eu disse isso? Porque nós queríamos fazer muito menos construção. Já tínhamos assumido isso e, portanto, os 8 milhões estavam corretos para a operação pelo Polis, nós somos contra, acabámos com ele e, portanto, o nosso valor era muito mais baixo. Mas este valor nós sempre defendemos que é exagerado por causa do investimento que nós temos que fazer. A tal estimativa que também está no estudo urbanístico. O estudo urbanístico é um estudo

muito bom, também estima os custos de infraestruturacão. Só não estima um. E que temos uma estimativa grosseira de 3 milhões de euros, que é o reforço do alteamento da cota do muro envolvente do canal e que foi a única coisa que a empresa Polis fez. É pá, podem dizer não foram visionários! É evidente, eles não podem acreditar no que disse o João Moniz de que o nível da água vai subir uns metros, não vai nada. Não vale a pena sermos apocalípticos. Aquilo que são as previsões mais pessimistas dos ambientalistas, das pessoas que estudam estas matérias, é subirem uns centímetros João. Portanto, vamos lá baixar a métrica, porque senão daqui a bocado, vai tudo embora para a ponta do Caramulo, porque isto por aqui vai subir uns metros.

Portanto, conhecemos o território. Fizemos o que fizemos no Cais do Sal e, obviamente, sabemos bem o que é que temos que fazer, mas temos confiança na engenharia e nos técnicos para nos ajudarem a cuidar de tudo isto como deve ser. E não pode ser de outra maneira. Essa é uma leitura que temos que cuidar. Essa componente não está nos custos de infraestruturacão que o estudo que ganhou o concurso de ideias fez. Enfim, já sabem, já leram também seguramente que ganhou um prémio. Que é um prémio que tem alguma importância. Não é o Pritzker da da Arquitetura, mas é um prémio interessante e de alguma notoriedade internacional que o atelier destes 2 arquitetos ganhou. O prémio é do gabinete, obviamente, não é da Câmara. Nós propiciados que eles concorressem, eles tiveram o mérito de ganhar e, obviamente, tem o direito de concorrer com a sua ideia para serem premiados como foram neste concurso que teve nota pública recentemente, coo é sabido.

Uma nota em relação áquilo que disse o Bruno Costa. Só para deixar claro. Com o Ministério das Infraestruturas e com a APA nunca resolvemos este problema. Conseguimos com o Ministério das Finanças. Às vezes nós temos sempre aquela de dizer mal do Ministério das Finanças porque é lá que estão muitos dos nossos problemas, é verdade. É verdade, aqui não é evidente. Obviamente que tivemos uma janela de oportunidade, pronto, que foi ter o Primeiro-Ministro titular da pasta das infraestruturas também numa fase de phasing out. Portanto, nesta fase, nós já sabíamos que António Costa não seria o sucessor de si próprio. Enfim, houve aqui uma janela de oportunidade que trabalhámos com toda a lealdade e com toda a correção com o Governo do país. Mas, só, com a saída do processo do Ministério das Infraestruturas que é quem tutela a APA, que sempre andou subordinada ao seu Ministério, mesmo no tempo em que o ex-presidente da Câmara de Aveiro foi Secretário de Estado do tal Ministro, nós nunca conseguimos nada. E foi esta janela de oportunidade, de termos, aliás, na pequena reunião que tive com António Costa, saudei-o por ele ter alcançado o topo da sua carreira. Obviamente que ele já tinha passado por pastas importantes, foi ministro da Justiça, da Administração Interna, mas obviamente que ser Ministro das infraestruturas é, de facto, o topo da carreira de qualquer político. E, portanto, eu saudei-o por isso e disse, senhor Primeiro Ministro, Senhor Ministro das Infraestruturas, temos aí um dossier que preciso da sua ajuda para resolver, porque toda a gente, enfim, já é demais.

Portanto é bom que esta nota histórica fique como tem que ficar. Portanto deixar esta referencia e acentuar o que disse o Casimiro Calafate, porque, de facto, é na transição da JAPA para a APA, que é cometido o erro do abandono. Depois a entrega à outra APA (a APA Ambiente) que nunca quis saber disto para nada no que respeita a investimento. Felizmente arranjou-se uma solução para fazer algum investimento e bom, que foi e é (ainda existe) o Polis Litoral Ria de Aveiro. Mas de facto, a APA Ambiente de per si, pelos seus recursos, nada. Recolhe receitas da taxa de recursos hídricos e não faz mais nada.

Obviamente, Manuel Prior, o pedido não está aceite nem deixa de estar. É uma das características da proposta que aqui vem e essa. E, portanto, com toda a civilidade, dando tempo ao tempo, que temos que dar ao novo Governo como é evidente, mas com o Visto do

Tribunal de Contas ganhamos o direito de começar a trabalhar. Sabendo que, obviamente, o novo Governo, depois de tomar posse, tem muitas coisas para fazer antes de nós lhe mandarmos o relatório dos pendentes e, obviamente, no relatório dos pendentes esta matéria vai seguramente, como não podia deixar de ser. Mas este é o tempo de agarrarmos esta oportunidade, lutarmos por ela em sede de visto do Tribunal de Contas, e ato mediato também arrancarmos com os investimentos e o primeiro é a tal operação limpeza que já estamos a estudar. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁸ Ponto 4 – Apreciação e votação da 2.^a Revisão Orçamental – Inscrição de ação de PPI respeitante ao Acordo de Mutação Dominial dos “Terrenos da Antiga Lota de Aveiro”, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta votos a favor (PSD18+CDS5+CH1+PS4+PAN2), zero abstenções, e três votos contra (BE2+PCP1).

Continuando, a Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁹ Ponto 5 – Apreciação e votação do Acordo de Mutação Dominial dos "Terrenos da Antiga Lota de Aveiro", do domínio público geral do Estado para o domínio público do Município de Aveiro, sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta votos a favor (PSD18+CDS5+CH1+PS4+PAN2), zero abstenções, e três votos contra (BE2+PCP1).

Concluída a Ordem do Dia, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, a Presidente da Mesa⁰⁵⁰ colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à Sessão Extraordinária, não se verificando oposição. Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação foi aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

De seguida a Presidente da Mesa deu por encerrada⁰⁵¹ a Sessão Extraordinária em Março.

Eram 23:30 horas do dia 20 de Março de 2024.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)